

**DA SESMARIA À CIÊNCIA PÚBLICA: 220 ANOS DA FAZENDA MATO DENTRO
E A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA AGRÍCOLA PAULISTA****ERIKA SEGUCHI¹, BRUNO SCENTINELA JACINTHO PAES¹, WÂNIA LUCY
VALIM BERTINATO², CLÁUDIO MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA³**

¹Doutorando, Instituto Biológico, Lab. de Nematologia/DAPSA,

²Arquiteta e Urbanista, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
wania.bertinato@iphan.gov.br,

³Pesquisador Científico, Instituto Biológico, Lab. de Nematologia/DAPSA,
claudiomarcelo.oliveira@sp.gov.br

RESUMO

A Fazenda Mato Dentro, localizada em Campinas, SP, constitui um dos mais emblemáticos territórios da história agrária paulista e da consolidação da ciência agrícola no Brasil. Criada em 1806, no contexto do regime de sesmarias, a propriedade atravessou distintos ciclos produtivos, inicialmente voltados à cana-de-açúcar e, posteriormente, à cafeicultura, destacando-se como uma das maiores unidades agrícolas da região no século XIX. Ao longo de sua trajetória, a fazenda refletiu as transformações econômicas, sociais e fundiárias do interior paulista, incluindo a crise do modelo cafeeiro, a abolição da escravidão e a reconfiguração do uso da terra no início do século XX. Em 1937, a incorporação da Fazenda Mato Dentro ao patrimônio do Estado de São Paulo marcou a transição de uma unidade produtiva privada para um espaço dedicado ao interesse público, com a instalação da Fazenda Experimental do Instituto Biológico. Desde então, o território passou a abrigar atividades de pesquisa científica aplicada, voltadas à sanidade agropecuária, à inovação tecnológica e à sustentabilidade da agricultura. Atualmente denominada Divisão Avançada de Pesquisa e Desenvolvimento em Sanidade Agropecuária (DAPSA/Instituto Biológico), a área reúne laboratórios de referência nacional e

internacional, articulando pesquisa, experimentação em campo e transferência de conhecimento. Ao completar 220 anos em 2026, a Fazenda Mato Dentro reafirma-se como um espaço onde patrimônio histórico, memória institucional e ciência pública se integram, evidenciando a continuidade histórica entre a formação agrária paulista e a produção contemporânea de conhecimento científico.

Palavras-chave: Patrimônio histórico, Patrimônio científico; Ciência pública; Fazenda Mato Dentro; Instituto Biológico

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A trajetória da atual Divisão Avançada de Pesquisa e Desenvolvimento em Sanidade Agropecuária (DAPSA/Instituto Biológico), implantada na área da antiga Fazenda Mato Dentro, em Campinas, SP, confunde-se com a própria construção da ciência agrícola paulista e brasileira. Conhecer o percurso histórico do DAPSA/IB (seus espaços, origens e transformações) não constitui apenas um exercício de memória, mas parte essencial da compreensão da ciência pública, pois é crucial no entendimento de como o conhecimento científico se estrutura, se renova e se mantém ao longo do tempo. Neste contexto, o presente artigo acompanha a trajetória histórica da Fazenda Mato Dentro, prestes a completar 220 anos, e sua transformação em unidade de pesquisa do Instituto Biológico em Campinas, SP, tomando esse território como eixo de análise para compreender a consolidação da ciência pública em diálogo com a história agrária paulista. Ademais, às vésperas de completar 100 anos, o Instituto Biológico estimula o público a percorrer os caminhos históricos que deram forma à instituição e sustentam, até hoje, sua relevância nacional e internacional para a agricultura e para a sociedade.



Figura 1 - Casa sede da antiga Fazenda Mato Dentro. A) Acervo do Centro de Memória do Instituto Biológico - SP, s/d, B) imagem, em 2026.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL E A CONSOLIDAÇÃO PRODUTIVA DA FAZENDA MATO DENTRO (SÉCULOS XVIII E XIX)

A história da Fazenda Mato Dentro, situada às margens da atual Rodovia Heitor Penteado e Alameda dos Videiros, bairro Gramado, em Campinas, SP, insere-se nos primeiros processos de ocupação do interior paulista, cujas terras foram inicialmente estruturadas por meio do sistema de sesmarias, concedidas em 1806 ao tenente-coronel Joaquim Barreto de Camargo (FANTINATTI, 2010). Esse regime jurídico, concebido em Portugal no século XIV e posteriormente aplicado no Brasil colonial, tinha como finalidade estimular a ocupação produtiva do território e promover a exploração agrícola de áreas ainda pouco povoadas. Segundo Nozoe (2006), embora

a legislação fundiária desse período se caracterizasse pela fragmentação e pela ausência de um corpo normativo sistematizado, as sesmarias consolidaram-se como o principal instrumento de ordenamento territorial, sendo responsáveis pela ocupação e pelo cultivo das terras no interior do Brasil.



Figura 2 - A) vista panorâmica da fazenda mato dentro onde observamos ao centro a casa sede, à direita da casa sede, tulha e casas de colonos e a esquerda da imagem, acima da casa sede, antigo terreiro de café. (a imagem em tela é um recorte na imagem original).

Fonte: Acervo do Instituto Biológico - SP, s/d, B) imagem, em 2026.

¹Muitos dos eixos viários contemporâneos do interior paulista acompanham antigos caminhos de circulação utilizados desde o período colonial, evidenciando a permanência histórica das rotas de ocupação e escoamento da produção.

²O instituto da sesmaria, originalmente estabelecido em Portugal como instrumento de estímulo ao cultivo de terras improdutivas, em um território densamente ocupado, no Brasil colonial adquiriu um sentido diferente. Diante da abundância territorial, da baixa densidade populacional e das exigências geopolíticas da colonização, a sesmaria passou a funcionar sobretudo como mecanismo de ocupação, controle e legitimação da posse da terra. Nesse contexto, a exigência de cultivo perdeu centralidade, enquanto a concessão de grandes extensões a grupos socialmente privilegiados favoreceu a formação da grande propriedade rural. Assim, um instrumento jurídico pensado para ordenar o uso da terra foi ressignificado no contexto colonial como fundamento da estrutura fundiária brasileira. Nesse sentido ver: GABLER, Louise. Sesmarias. Rio de Janeiro: arquivo nacional, s.d. disponível em: <https://mapa.an.gov.br/images/sesmarias.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

Inserida em um movimento mais amplo de expansão territorial e produtiva, a ocupação do interior paulista respondeu a um sentido econômico voltado fundamentalmente à produção agrícola destinada ao mercado, conforme a interpretação clássica de Caio Prado Júnior (1942). Mais do que um mecanismo administrativo de concessão de terras, o regime de sesmarias integrou, assim, uma estrutura produtiva mais ampla, voltada à consolidação de grandes unidades agrícolas inseridas na lógica econômica da colônia, na qual a terra assumia papel central na organização da produção e das relações sociais, como analisado por Jacob Gorender (1978). A Fazenda Mato Dentro compõe, nesse contexto, o conjunto de propriedades que contribuíram para a formação da base agrária paulista nos séculos iniciais de ocupação.

No território brasileiro, o regime de sesmarias vigorou desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, até sua suspensão formal pelo Decreto de 17 de julho de 1822, mantendo-se como base jurídica fundamental da concessão e do ordenamento da terra ao longo de todo o período colonial. Com a extinção desse regime, instaurou-se um período de indefinição normativa em matéria fundiária, superado apenas com a promulgação da Lei de Terras de 1850³, que instituiu um novo marco legal para o acesso à propriedade rural.

É nesse quadro histórico e jurídico que se insere a formação da Fazenda Mato Dentro. O surgimento de Campinas, SP, município no qual a propriedade se localiza, está diretamente associado à instalação de um pouso ao longo do caminho percorrido pelos paulistas em direção às chamadas 'Minas dos Goyases'⁴, na segunda metade do século XVIII (TEIXEIRA, 2020). Segundo Teixeira (2020), as primeiras sesmarias na região de Campinas começaram a ser distribuídas por volta de 1740. Em seus estágios iniciais, a região figurava como bairro rural subordinado à vila de Jundiá, condição que pode ser ilustrada pelo recenseamento do "Bayrro do Mato

³No território brasileiro, o regime de sesmarias vigorou desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, até sua suspensão formal pelo Decreto de 17 de julho de 1822, constituindo-se como a base jurídica fundamental da concessão e do ordenamento da terra ao longo de todo o período colonial. Com a suspensão desse regime, instaurou-se um período de indefinição normativa em matéria fundiária, superado apenas com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que inaugurou um novo marco legal para o acesso à propriedade rural. Nesse sentido ver: PORTUGAL. Resolução nº 76, de 17 de julho de 1822 (suspende concessão de sesmarias). Disponível em: <https://arisp.wordpress.com/2011/03/11/resolucao-76-de-17-de-julho-de-1822/>. Acesso em: 20 dez. 2025. Sobre a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) marcou uma inflexão decisiva na história fundiária brasileira ao estabelecer a compra como única forma legal de acesso à terra pública. Nesse sentido ver: BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.

Groço Cam.º de Minaz”, núcleo embrionário da futura campinas, que registrou, em 1767, a existência de apenas 53 fogos⁵ sob jurisdição jundiense. Poucos anos depois, em 1774, iniciou-se um processo de transformação político-administrativa, marcado pela Criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Dentro, conferindo autonomia religiosa ao núcleo colonial. Esse movimento culminou, ao final do século XVIII, mais precisamente em 1797, na emancipação política da localidade, quando foi elevada à condição de vila de São Carlos. Assim, delineiam-se com nitidez três etapas de formação: o período do “bairro”, anterior a 1774; a fase da freguesia, entre 1774 e 1797; e a etapa de vila, que perdurou de 1797 a 1842, quando o topônimo original foi restaurado e se consolidou oficialmente a cidade de Campinas (TEIXEIRA, 2020). A ocupação desse território consolidou-se de forma relativamente rápida, impulsionada pelo desenvolvimento da produção açucareira.

Inserida nesse processo de expansão territorial e econômica, a área da Fazenda Mato Dentro, situada no antigo bairro rural homônimo, foi adquirida em 1806 pelo tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo e por sua esposa, Eufrosina Matilde silva botelha (BERTINATO, 2025). Ainda sob a vigência do regime de sesmarias, a propriedade consolidou-se como uma grande unidade rural voltada ao desenvolvimento de atividades agrícolas que viriam a desempenhar papel significativo na história econômica e territorial de Campinas ao longo dos séculos seguintes (BERTINATO, 2025).

Após a aquisição da propriedade, o casal estabeleceu-se na Fazenda Mato Dentro, onde deu início ao cultivo de cana-de-açúcar (FANTINATTI, 2010) e promoveu a construção de um engenho destinado à produção de açúcar. De acordo com os dados do recenseamento de 1807, o tenente-coronel Joaquim Aranha de Camargo, então com 45 anos de idade, era pai de três filhos (Maria, de 11 anos, Joaquim, de 9 anos, e José, de 7 anos), possuía 18 escravos e produzia apenas para o seu próprio gasto e manutenção- (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1807).

⁴Minas dos Goyases’ refere-se à denominação histórica dada à região mineradora situada no atual Estado de Goiás, descoberta e explorada ao longo de 1722-1803, no contexto da expansão territorial portuguesa no interior do Brasil (RIOS & CARNEIRO, 2016).

⁵Fogo: No contexto das listas nominativas produzidas pela administração portuguesa a partir do final do século XVIII, o termo “fogo” designa a unidade básica de registro populacional, correspondente ao domicílio. Cada fogo reunia os indivíduos que compartilhavam uma mesma residência ou unidade doméstica, geralmente organizados em torno de um chefe, incluindo familiares, escravizados e agregados. A partir de 1798, essas unidades passaram a ser descritas de forma mais detalhada, permitindo identificar não apenas a composição interna dos domicílios, mas também suas atividades econômicas, inserção produtiva e participação nos circuitos locais de comércio, produção e consumo (GIL, 2017).

		C		B		M	
	Isaías	14	"	"	"	"	"
	Isaías	26	J	"	"	"	"
	Isaías	30	J	"	"	"	"
	Isaías ^m	21	J	"	"	"	"
	Profina	2	"	"	"	"	"
do	Simão Coronel Joaquin Ara nha de Camargo n. João	45	C	"	"	"	"
	D. Espirito n. ha Melitay m. n. da S. d.	28	C	"	"	"	"
	Maria	11	J	"	"	"	"
	Joaquim	3	"	"	"	"	"
	Isaías	7	"	"	"	"	"
	Esoraun						
	Francisco	35	J	"	"	"	"
	Salvador	30	C	"	"	"	"
	Anna	30	C	"	"	"	"
	Dominici	31	C	"	"	"	"
	Isana m. ^{ca}	34	C	"	"	"	"
	Petisco	27	C	"	"	"	"
	Isabel m. ^{ca}	20	C	"	"	"	"

06502-054

Senthas de fogenho nos fcs de
crao Com Sesi Esclavao Plan
ta mantion p. os q. os q. os

	Jenny	26	C	"	"	"	"
	Jocaba m. ^{ca}	25	C	"	"	"	"
	Antonia	100	J	"	"	"	"
	Antonia	18	J	"	"	"	"
	Miguel	35	J	"	"	"	"
	Paulo	12	J	"	"	"	"
	Blasina	16	J	"	"	"	"
	Margaria	13	J	"	"	"	"
	Isaías	12	J	"	"	"	"
	Adam	2	"	"	"	"	"
	Manoel	35	J	"	"	"	"

Figura 3 - Recenseamento de 1807⁶: fogo de Joaquim Aranha Barreto de Camargo

⁶Ver: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de população da Capitania/Província de São Paulo: 1779–1836. Maço 26, documento 2. p. 53. São Paulo: APESP, [s.d.]. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_002.pdf
f.Acesso em: 21 dez. 2025.

Já no recenseamento de 1812⁷, o tenente-coronel, então na condição de senhor de engenho, declarou uma produção destinada exclusivamente ao seu próprio consumo, composta por milho e feijão, nas quantidades de 150 e 12 alqueires⁸, respectivamente, além de 50 canadas. No mesmo levantamento, registra-se que possuía 26 escravos e um agregado. Conforme assinala Ribeiro (2015), o tenente-coronel encontrava-se viúvo nesse período.

Em 1817, o recenseamento⁹ já registrava uma produção de 850 arrobas de açúcar (distribuídas entre 400 arrobas de açúcar alvo, 300 arrobas de açúcar redondo e 150 arrobas de açúcar mascavo), evidenciando o início de uma atividade economicamente promissora. A produção incluía ainda 900 alqueires de milho, 70 alqueires de feijão, 40 alqueires de arroz e 30 canadas, compondo um quadro produtivo diversificado. Nesse período, o engenho contava com 22 escravos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1817).

No mesmo ano, Maria Luiza, filha do casal e futura Viscondessa de Campinas, então com 19 anos, contraiu matrimônio com Francisco Egydio de Souza Aranha, sobrinho de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, na capela do engenho da própria fazenda (FANTINATTI, 2006). Como parte do dote matrimonial, o engenho Mato Dentro foi transferido ao novo casal, inaugurando uma nova fase na administração da propriedade (PUPO Apud RIBEIRO, 2015).

⁷O *Fac símile* do Recenseamento de 1812 (fogo de Joaquim Aranha Barreto de Camargo) pode ser observado em: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de população: recenseamento da Capitania/Província de São Paulo. Maço 26, documento 7. P. 43. São Paulo, [1812]. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/026_007.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

⁸As quantidades expressas em alqueires nos recenseamentos e nos Maços de População dos séculos XVIII e XIX não correspondem às unidades métricas padronizadas posteriormente. Trata-se de uma unidade consuetudinária de medida, originalmente associada à capacidade de grãos e, por extensão, à área de plantio, cuja equivalência variava conforme a região e o contexto local. No caso paulista, o alqueire colonial não possuía uniformização métrica e seu uso estava vinculado às práticas agrárias tradicionais, anteriores à adoção oficial do sistema métrico no Brasil, ocorrida apenas na segunda metade do século XIX. Sobre os sistemas históricos de pesos e medidas no Brasil colonial e imperial, ver: COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. Boletim de História Demográfica, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994. p.18. Ademais, segundo o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (2016), um alqueire corresponde ao volume (secos) 4 quartas e alqueire de S. Paulo... Área 5.000 braças quadradas.

⁹O *Fac símile* do Recenseamento de 1817 (fogo de Joaquim Aranha Barreto de Camargo) pode ser encontrado em: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de população: São Paulo, 1817. Maço 27, documento 3, p. 40. São Paulo: APESP, 1817. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/027_003.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

No recenseamento de 1818¹⁰, verifica-se que a produção nas terras da Fazenda Mato Dentro alcançou 1.700 arrobas de açúcar, distribuídas entre 1.000 arrobas de açúcar alvo¹¹, 400 arrobas de açúcar redondo¹² e 300 arrobas de açúcar mascavo, somadas a 90 canadas¹³. Quanto à produção agrícola, o levantamento registra que se destinava “para gasto”¹⁴, ao passo que o proprietário mantinha um contingente de 22 escravos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1818).

No recenseamento de 1822¹⁵, o fogo de Francisco Egydio de Souza Aranha aponta uma produção de 800 arrobas de açúcar. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1822). Nesse levantamento, consta que Francisco possuía três filhos (Maria, de 3 anos, e os gêmeos José e Joaquim, de 2 anos) além de um contingente de 31 escravos.

Ainda sob a direção de Francisco Egydio de Souza Aranha, reconhecido como pioneiro da cafeicultura da região de Campinas, o recenseamento de 1825 registrou um crescimento expressivo da produção da Fazenda Mato Dentro, que atingiu 1.800 arrobas de açúcar (sendo 1.000 arrobas de açúcar alvo, 500 arrobas de açúcar redondo e 300 arrobas de açúcar mascavo), além de 300 arrobas de café.

Nesse período, o café deixou de se restringir ao consumo doméstico e passou a ser produzido em escala comercial, representando uma inflexão produtiva significativa. A Fazenda assumiu um papel pioneiro na implantação do café comercial na região de Campinas, figurando entre os maiores plantios da época. Desse modo, a Fazenda Mato Dentro afirmava-se como uma unidade produtiva em ascensão, inserida no processo de consolidação da produção e da exportação de açúcar e café no município

¹⁰O *Fac símile* do Recenseamento de 1818 (fogo de Joaquim Aranha Barreto de Camargo) pode ser encontrado em: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de população: São Paulo, 1818. maço 27, documento 4. p. 45. São Paulo: APESP, 1818. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macocos_populacao/027_004.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

¹¹Sobre uma explicação pormenorizada sobre os tipos de açúcar (rodapés nº 11 e 12), consulte: SOUZA, Ivan Pereira. Do engenho à usina: estudo diacrônico da terminologia do açúcar. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-26102007-154413/publico/DISSERTACAO_IVAN_PEREIRA_SOUZA.pdf. Acesso em: 6 jan. 2026. Açúcar alvo: açúcar mais branca

¹²Açúcar redondo: Trata-se do açúcar menos alvo.

¹³Canada = medida de volume (líquidos) = 4 quartilhos (INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

¹⁴Termo *ipsi litteris* utilizado conforme consta no recenseamento original.

¹⁵O *Fac símile* do Recenseamento de 1822 (fogo de Francisco Egydio de Souza Aranha) pode ser encontrado em: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Recenseamento de 1822. Maço 27, documento 006. São Paulo: APESP, 1822. p. 79-80. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macocos_populacao/027_006.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

de Campinas (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1825; BERTINATO, 2025).

O dinamismo econômico inicialmente proporcionado pela agroindústria açucareira e, posteriormente, pela expansão da cafeicultura favoreceu a concentração de riqueza entre famílias proprietárias de grandes estabelecimentos rurais, como a família Souza Aranha, detentora da Fazenda Mato Dentro (LACRETA; PEREIRA, 2016).

No recenseamento de 1825¹⁶, observa-se que o número de escravizados passou de 31, registrado no levantamento anterior, para 59, praticamente duplicando, o que evidencia o êxito econômico da fazenda no período analisado (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1825).

Os dados do recenseamento de 1829¹⁷ demonstram que a Fazenda Mato Dentro se encontrava em plena atividade produtiva e passou a integrar, de forma definitiva, o grupo das cinco maiores produtoras da Vila de São Carlos, conforme aponta a pesquisa de Ribeiro¹⁸ (2015).

Nesse momento da trajetória histórica, conforme registrado no recenseamento, Francisco Egydio contava com seis filhos e um contingente de 94 escravos. Sua produção alcançava 3.500 arrobas de açúcar e 500 arrobas de café, além do cultivo de milho e feijão destinados ao consumo próprio (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1829).

¹⁶O *fac símile* do Recenseamento de 1825 (fogo de Francisco Egydio de Souza Aranha) pode ser observado em: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Recenseamento de 1825. Maço 27, documento 008. São Paulo: APESP, 1825. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/027_008.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

¹⁷O *fac símile* do Recenseamento de 1829 (fogo de Francisco Egydio de Souza Aranha) pode ser observado no ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Recenseamento de 1829. Maço 27, documento 011. São Paulo: APESP, 1829. p. 70-72. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/027_011.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

¹⁸Segundo a historiadora, os cinco maiores produtores da Vila de São Carlos (1829) eram: Antonio Manoel Teixeira (11400 arrobas de açúcar e 226 escravos); Francisco Ignácio Souza Queiroz (12000 arrobas de açúcar e 215 escravos); Floriano Camargo Penteadado (4062 arrobas de açúcar e 132 escravos); Theodoro Ferras Leite (4000 arrobas de açúcar e 84 escravos) e o Francisco Egydio Souza Aranha (com os dados mencionados no texto). Nesse sentido ver: RIBEIRO, (2015).

Segundo Ribeiro (2015), no último recenseamento da Vila de São Carlos, realizado em 1836, Francisco Egydio de Souza Aranha figurava com 60 anos de idade, enquanto sua esposa, Maria Luiza, contava 38 anos. Nesse levantamento¹⁹, constavam apenas quatro filhos: José Egydio, de 12 anos; Joaquim Egydio, gêmeo de José; Francisco Egydio, de 8 anos; e Pedro Egydio, de 6 anos. No mesmo período, registra-se que a fazenda produzia 4.000 arrobas de açúcar, 1.000 arrobas de café e 200 arrobas de algodão, contando ainda com um contingente de 75 escravos. A mesma autora observa que, a essa altura da narrativa, não há mais notícias de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, havendo a probabilidade de que tenha se transferido para a cidade de Santos.

Conforme Fantinatti (2010), em meados do século XIX, o café já se impunha como monocultura predominante em toda a região, levando a Fazenda Mato Dentro a abandonar definitivamente o cultivo da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e a consolidar-se como uma das maiores propriedades cafeeiras locais. Com cerca de 250 mil pés de café, a fazenda destacou-se pela adoção da monocultura cafeeira, que passou a moldar o perfil econômico da área e a intensificar a exploração da terra. De acordo com Bertinato (2025), a propriedade abrangia uma área aproximada de 1.515 alqueires, equivalentes a cerca de 3.666,3 hectares, conferindo à Fazenda Mato Dentro papel estratégico no processo de expansão e consolidação da cafeicultura paulista. A infraestrutura da propriedade era composta por um amplo conjunto de benfeitorias, além da casa principal. Essa organização material não apenas viabilizava a produção em larga escala e a comercialização do café, como também evidenciava o elevado grau de capitalização e a relativa autossuficiência da fazenda, refletindo o apogeu da produção cafeeira no interior paulista.

Anos mais tarde, Francisco Egydio faleceu na cidade de Campinas, em 9 de julho de 1860, deixando viúva e onze herdeiros²⁰ (seis filhos e cinco filhas, todos adultos e casados) fato que deu início à abertura do testamento e aos procedimentos de inventário, inaugurando uma nova etapa na administração e na partilha de seus bens (RIBEIRO, 2015).

¹⁹A oscilação no número de filhos registrados nos recenseamentos oitocentistas decorre da natureza administrativa dessas fontes. Os Maços de População registravam os indivíduos presentes no “fogo” no momento da coleta, e não a totalidade dos descendentes do casal. Assim, ausências temporárias, explicam as variações observadas entre diferentes anos.

²⁰Registra-se que o casal teve onze filhos, dos quais dois se destacaram no cenário político do Império: Joaquim Egydio de Souza Aranha, titulado Marquês de Três Rios, e Libânia de Souza Aranha, Baronesa de Itapura.

De acordo com Ribeiro (2015), o bem de maior valor do espólio era a propriedade denominada Mato Dentro, descrita como uma expressiva lavoura de café com cerca de 250 mil pés cultivados, acompanhada de um conjunto significativo de benfeitorias. Entre estas destacavam-se a casa de morada e a senzala, além das estruturas diretamente vinculadas ao beneficiamento e à armazenagem da produção, tais como máquinas de beneficiamento do café, tulhas, pilões, terreiro de café e sala destinada à seleção dos frutos. Completavam o complexo produtivo o paiol de milho, o armazém para a guarda de mantimentos, o carretão e o chiqueiro, compondo um sistema agrícola integrado e característico das grandes propriedades cafeeiras do período.

A citada historiadora ressalta que a Estrada de Ferro Santos–Jundiaí somente foi inaugurada em 1867. Desse modo, durante o período em que Francisco Egydio administrava suas propriedades, o escoamento do café produzido em suas terras ainda dependia fundamentalmente do transporte terrestre, realizado por tropas de muares responsáveis por conduzir a produção até o porto de Santos.

Nesse contexto, o inventário registra o arrolamento de muares entre os bens do espólio, evidenciando a existência de uma tropa própria, elemento indispensável à logística da produção cafeeira e à inserção da fazenda nos circuitos comerciais da época, sobretudo em um período anterior à plena integração ferroviária da região (RIBEIRO, 2015).

No que se refere à Fazenda Mato Dentro, consta ainda a presença de uma enfermaria destinada ao atendimento de acidentados e de escravizados enfermos, o que revela não apenas a complexidade funcional da propriedade, mas também seu porte econômico robusto. À época do inventário, a fazenda foi avaliada em 130:000\$000 (cento e trinta contos de réis), enquanto os 241 escravos vinculados à propriedade receberam a avaliação de 295:650\$000 (duzentos e noventa e cinco contos e seiscentos e cinquenta mil réis), valores que expressam a centralidade da mão de obra escravizada na composição do patrimônio e da riqueza agrária oitocentista (RIBEIRO, 2015).

A mesma autora assinala que Francisco Egydio era proprietário de outras três propriedades rurais²¹, além da Fazenda Mato Dentro. Contudo, tais bens não serão abordados neste trabalho, por não apresentarem relação direta com o objeto de análise aqui proposto.

²¹A autora não menciona o nome das demais fazendas de Francisco Egydio em seu artigo. Os autores do presente artigo realizaram pesquisas acerca desse fato, porém não há informações tampouco registros nesse sentido.

Cabe salientar, por fim, que existe um recorte temporal significativo entre o contexto do inventário, realizado na segunda metade do século XIX, e os eventos que caracterizam o início do século XX. Nesse intervalo, a Fazenda Mato Dentro foi submetida a transformações econômicas, sociais e institucionais, inseridas em um processo mais amplo de reconfiguração do modelo agrário paulista, marcado pela crise da economia cafeeira e pela redefinição das estruturas fundiárias e produtivas.

A CRISE DO MODELO AGRÁRIO E A TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL

A escravidão no Brasil foi formalmente abolida em 13 de maio de 1888, nos anos finais do século XIX, com a promulgação da Lei Áurea. A partir desse marco, a senzala da Fazenda Mato Dentro passou gradualmente a esvaziar-se até o seu desaparecimento, cedendo espaço às casas destinadas a colonos e trabalhadores livres. Segundo explica Forcelli (2013), a propriedade Mato Dentro permaneceu sob domínio dos descendentes de seu fundador até o período da crise do mercado cafeeiro e da instabilidade econômica agravada pela quebra da Bolsa de Valores de 1929, quando a fazenda passou a enfrentar um processo de decadência econômica, que culminou na alienação de suas terras e no abandono dos pés de café. Segundo depoimento²² do então diretor técnico do CAPSA/Instituto Biológico, Dr. Cláudio Marcelo Gonçalves de Oliveira, a Fazenda Mato Dentro foi adquirida por Arnaldo Ribeiro Pinto em 1936, antes de sua incorporação ao patrimônio estadual. No ano seguinte, em 1937, a propriedade passou a integrar o patrimônio do Governo do Estado de São Paulo, encerrando um longo ciclo de exploração privada e inaugurando uma nova etapa em sua trajetória histórica. Em 15 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 2.903, o então governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, autorizou a Fazenda do Estado a adquirir a Fazenda Mato Dentro pelo valor de 506:250\$000 (quinhentos e seis contos e duzentos e cinquenta mil réis), correspondente a uma área de 112,5 alqueires, situada no Distrito de Paz da Conceição, no município de Campinas. A escritura pública de compra e venda foi lavrada em 14 de julho de 1937, concretizando o projeto de Henrique da Rocha Lima de criar uma extensão rural do Instituto Biológico sediado na capital paulista (BATISTA FILHO et al., 2017).

²²OLIVEIRA, Cláudio Marcelo Gonçalves de. Antiga Fazenda Mato Dentro (atual Divisão Avançada de Pesquisa e Desenvolvimento em Sanidade Agropecuária – DAPSA – Instituto Biológico, Campinas/SP). Entrevista concedida a Wânia Lucy Valim Bertinato em 26 dez. 2023, no edifício do Laboratório de Nematologia do DAPSA, Campinas, SP, com finalidade acadêmica, referente ao projeto de pesquisa “O tijolo nas fazendas de café da Mogiana Paulista: história, técnica e preservação”, IFCH/UNICAMP.

Tal incorporação ao patrimônio estadual ocorreu em um contexto político de crescente centralização do poder, que antecedeu a instauração do regime do Estado Novo, em novembro daquele mesmo ano, e marcou a transição da propriedade para fins de interesse público, abrindo caminho para sua posterior destinação à pesquisa científica.

Ainda segundo Batista Filho et al. (2017), ao longo de décadas, a Fazenda Mato Dentro recebeu diferentes denominações, a saber: Fazenda Experimental Mato Dentro; Fazenda Mário D'Apice; Estação Experimental de Campinas; Centro Experimental do Instituto Biológico; Centro Experimental Central do Instituto Biológico e Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento em Sanidade Agropecuária (CAPSA). A partir de 2024 passou a ser denominada de Divisão Avançada de Pesquisa e Desenvolvimento em Sanidade Agropecuária (DAPSA/Instituto Biológico).

Essa transição expressa uma reconfiguração significativa do uso da terra, marcada pela passagem de um modelo essencialmente produtivo e privado para um modelo institucional, orientado ao uso público da propriedade com fins de pesquisa científica. Dessa maneira, a Fazenda Mato Dentro insere-se no contexto mais amplo em que o Estado de São Paulo consolidava Campinas como um polo estratégico de pesquisa científica e inovação, já contando, à época, com a presença e a atuação marcante do Instituto Agrônomo de Campinas – IAC (INSTITUTO AGRÔNOMO DE CAMPINAS, 2017)²³.

A FAZENDA MATO DENTRO E O INSTITUTO BIOLÓGICO: A TRANSFORMAÇÃO EM ESTAÇÃO EXPERIMENTAL

A antiga e emblemática Fazenda Mato Dentro possui, desde sua origem, em 1806, a vocação de protagonismo na atividade agrícola. Na primeira década do século XIX, iniciou suas atividades com o cultivo da cana-de-açúcar e, poucos anos depois, destacou-se como pioneira na produção e exportação de café, antes mesmo de a

²³O Instituto Agrônomo de Campinas foi criado em 27 de junho de 1887, pelo imperador Dom Pedro II.

região de Campinas se consolidar como centro agrícola da província e porta de entrada da rubiácea no então denominado Oeste Paulista²⁴. Ao longo do século XIX e até as primeiras décadas do século XX, período em que o desenvolvimento do complexo cafeeiro do Oeste Paulista tornou o café competitivo no mercado internacional e o principal produto de exportação brasileiro, a Fazenda Mato Dentro manteve-se ativa na produção e exportação.



Figura 4 - A) Vista panorâmica da antiga Fazenda Mato Dentro. A esquerda da imagem, na parte inferior, fachada lateral da casa sede. Ao lado da casa sede, mais ao meio da imagem, a tulha e a direita da imagem, na parte inferior, garagem e cocheira. Fonte: Acervo do Instituto Biológico – SP, s/d, B) Imagem, em 2024. Fonte: Daniel Bertinato Perez. Data: out. 2024.

²⁴A denominação “Oeste Paulista”, segundo o conceito histórico vigente em meados do século XIX, designava a região então considerada sertão, situada a oeste do Vale do Paraíba. Com o declínio da cafeicultura nessa área, a produção de café deslocou-se para o território que, à época, correspondia ao chamado Oeste Paulista, conforme a demarcação territorial então adotada. Assim, neste artigo, o termo “Oeste Paulista” não se refere às atuais coordenadas geográficas do Estado de São Paulo, mas à denominação histórica utilizada naquele período para designar a área situada a oeste do Vale do Paraíba.

Esse ciclo estendeu-se até a grande crise econômica mundial deflagrada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, cujo impacto atingiu diretamente o Brasil e resultou na derrocada da cafeicultura nacional.



Figura 5 – A) A imagem registra a construção das muretas de pedra ao lado da antiga cocheira. À direita da imagem, no primeiro plano, podemos observar a garagem, ao fundo deste mesmo lado, casas de colonos e a edificação entre as duas não existe mais atualmente. Fonte: Acervo do Instituto Biológico – SP. Crédito da Imagem: B. U. Mazza. Data: out. 1939., B) Imagem, em 2026.

Anos mais tarde, em 1937, a Fazenda Mato Dentro foi adquirida pelo Governo do Estado de São Paulo, que nela instalou a Fazenda Experimental do Instituto Biológico, em atendimento às demandas da agricultura paulista relacionadas à defesa

sanitária. Dessa forma, a Fazenda Mato Dentro, que já havia sido precursora no início da produção de café no Oeste Paulista, voltou a se destacar por estar à frente de seu tempo, ao ser reconhecida como um marco do empenho do Estado de São Paulo na vanguarda da pesquisa científica aplicada, voltada à resolução de problemas e à promoção da evolução da agricultura e da pecuária (BATISTA FILHO, 2017)²⁵.

No final da década de 1980, a Fazenda Experimental Mato Dentro cedeu parte de sua área para a formação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim²⁶, um importante parque na cidade de Campinas com acesso público.

Na gestão da Dra. Suzete A. L. Destefano, primeira mulher a ocupar o cargo de diretora técnica da unidade experimental, o Instituto Biológico mantém, em Campinas, a Divisão Avançada de Pesquisa e Desenvolvimento em Sanidade Agropecuária (DAPSA/Instituto Biológico), referência nacional e internacional em sanidade animal e vegetal, reafirmando que a antiga Fazenda Mato Dentro já se estruturou sob os auspícios da inovação, especialmente no campo agrícola.

Embora as edificações históricas pertencentes à área do Instituto Biológico em Campinas não tenham recebido reconhecimento oficial por meio do tombamento, elas se revelam relevantes como patrimônio cultural do complexo agroindustrial da antiga Fazenda Mato Dentro e, felizmente, encontram-se preservadas. Essa condição de preservação é ilustrada pelas imagens apresentadas nas Figuras 04 a 14.

²⁵Antônio Batista Filho exerceu o cargo de Diretor Geral do Instituto Biológico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

²⁶Com a transferência de parte da área ao Parque Ecológico, o conjunto arquitetônico da antiga Fazenda Mato Dentro, que é um patrimônio cultural representativo da arquitetura rural da região de Campinas, foi dividido, sendo que a casa sede, casa anexa, capela e tulha, são edificações remanescentes que estão implantadas na área destinada ao Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e os outros remanescentes, tais como casa de força, casas de colonos, cocheira, paiol e terreiro de café, estão implantadas na área do Instituto Biológico em Campinas. As edificações históricas na área do atual Parque Ecológico, em que pese necessitem de intervenções de restauro, estão protegidas pelo tombamento estadual e municipal. As edificações que pertencem atualmente à área do Instituto Biológico estão bem preservadas, com exceção dos terreiros de café, apesar de não terem sido protegidas pelo instrumento do tombamento. Desta forma, o relevante conjunto arquitetônico, legado de valor inestimável da antiga Fazenda Mato Dentro, que testemunhou fatos importantes da história brasileira, não foi protegido pelo tombamento como um conjunto, visto que o tombamento contemplou apenas algumas das edificações remanescentes. Esclarecemos que a preservação do conjunto arquitetônico, ou seja, das principais construções relativas ao núcleo agroindustrial da fazenda, possibilita estudos mais aprofundados deste patrimônio cultural, por exemplo, inferir como era o funcionamento da agroindústria nessa fazenda, o que é de capital importância para a compreensão da história do desenvolvimento da cafeicultura no Brasil.



Figura 6 – A) Construção das muretas de pedra. Ao fundo da imagem, paiol. Fonte: Acervo do Instituto Biológico – SP. Crédito da Imagem: B. U. Mazza. Data: out. 1939., B) Imagem, em 2026.



Figura 7 – Paiol. Fonte: Acervo de Wânia Bertinato. Data: ago. 2023



Figura 8 – A direita da imagem, casas de colonos. Fonte: Acervo do Instituto Biológico – SP. Crédito da Imagem: B. U. Mazza. Data: out. 1939.



Figura 9 - Antigas casas de colono, preservadas e reutilizadas para outras finalidades. Fonte: Acervo de Wânia Bertinato. Data: ago. 2023.



*Figura 10 - Edifício da Administração II do Instituto Biológico em Campinas/SP
Fonte: Acervo de Wânia Bertinato. Data: dez. 2023.*



*Figura 11 - Casa de Força e terreiro de café pavimentado com lajotas e tijolos, incorporados à área institucional do Instituto Biológico em Campinas/SP.
Fonte: Acervo do Instituto Biológico - SP, s/d.*



*Figura 12 – Fachada frontal e lateral da Casa de Força.
Fonte: Acervo de Wânia Bertinato. Data: abr. 2024.*

Observa-se que a transformação em estação experimental, que ocorreu em 1937, foi um momento muito significativo na trajetória de inovação da Fazenda Mata Dentro, quando, sob a direção de Henrique da Rocha Lima, o Instituto Biológico incorporou a propriedade ao seu campo experimental (BATISTA FILHO et al., 2017). A partir desse momento, a fazenda foi transformada em uma estação de pesquisa científica, ampliando a atuação institucional do Instituto Biológico para além do ambiente estritamente laboratorial e estabelecendo a área como um espaço dedicado a estudos aplicados à agropecuária e à sanidade vegetal.

A escolha da Fazenda Mato Dentro revelou-se estratégica, uma vez que a área reunia condições adequadas para a realização de pesquisas em situações reais de campo. Ao longo das décadas seguintes, o Instituto Biológico passou a utilizar suas instalações para o desenvolvimento de estudos voltados ao controle de pragas, à sanidade agrícola e ao biocontrole, ampliando, mais recentemente, a elaboração de tecnologias direcionadas ao controle biológico de pragas agrícolas.

A unidade do Instituto Biológico (DAPSA), em Campinas, abriga um conjunto de laboratórios dedicados à pesquisa em sanidade vegetal, abrangendo as áreas de Acarologia, Bacteriologia Vegetal, Ciência das Plantas Daninhas, Entomologia Econômica, Fitopatologia, Nematologia, além do Serviço Laboratorial de Referência em Controle Biológico (SLRCB) e do Serviço Laboratorial de Referência em Diagnóstico de Vegetais (SLRDV). Esses laboratórios são especializados no desenvolvimento de tecnologias voltadas ao controle de doenças, pragas, plantas daninhas e fitonematoides, com as seguintes atribuições:

- a) desenvolver projetos de pesquisa relacionados às tecnologias de controle de doenças, pragas, plantas daninhas e fitonematoides, com ênfase em práticas promotoras da sustentabilidade;
- b) testar e desenvolver formulações de defensivos químicos e biológicos;
- c) avaliar a eficiência de técnicas alternativas de controle de plantas daninhas, doenças, pragas e fitonematoides;
- d) estudar o complexo meio-planta e culturas de interesse econômico, visando estabelecer planos gerais de controle e suas bases científicas;
- e) desenvolver técnicas de produção de bioinseticidas;
- f) realizar diagnósticos de ácaros, insetos, fungos, bactérias e nematoides parasitos de plantas, bem como identificar plantas daninhas;
- g) disponibilizar e transferir conhecimento científico e tecnológico para o agronegócio, por meio de treinamento e capacitação de produtores, empresas, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais da área agrícola.

Dessa forma, a Fazenda Mato Dentro consolidou-se como um centro de pesquisa aplicada de relevância nacional, articulando produção científica, experimentação em campo e desenvolvimento de tecnologias para a agricultura.

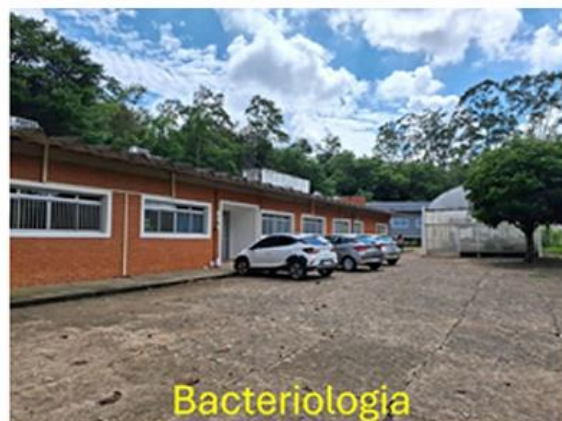


Figura 13 - Conjunto de laboratórios do DAPSA/IB dedicados à pesquisa em sanidade vegetal
Crédito das Imagens: Cláudio Marcelo G. de Oliveira. Data: fev. 2026.

Da Unidade Produtiva ao Patrimônio Ambiental e Científico: Preservação, Memória e Ciência Pública na Fazenda Mato Dentro

Com o decorrer do tempo, a Fazenda Mato Dentro passou por um processo de desmembramento territorial, no qual parte de sua área foi destinada à criação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, instituído por meio do Decreto Estadual nº 27.071, de 1987. Tal processo insere-se em um contexto mais amplo de transformações fundiárias e urbanas que marcaram a região leste do município de Campinas.

Segundo Lacreta e Pereira (2016), a investigação acerca da implantação do Parque Ecológico e de sua correlação com os processos fundiários que culminaram na conversão da antiga unidade produtiva rural em loteamentos privados e em área de domínio público fundamentou-se, prioritariamente, em fontes documentais primárias, tais como cartografia histórica, inventários patrimoniais, escrituras públicas e registros de transações imobiliárias. Como fontes subsidiárias, foram analisados os processos administrativos de tombamento do parque conduzidos pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), bem como os procedimentos de proteção da sede da antiga fazenda realizados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). A análise do projeto paisagístico apoiou-se, ainda, no exame técnico do projeto original elaborado pelo escritório Burle Marx e disponibilizado por seu respectivo acervo institucional.

Após o desmembramento da área original da Fazenda Mato Dentro, o Instituto Biológico manteve aproximadamente 162 hectares destinados às suas atividades de pesquisa científica, enquanto a porção remanescente foi destinada à implantação do parque, que passou a preservar um expressivo conjunto de edificações históricas remanescentes da antiga fazenda (OLIVEIRA, 2023). Lacreta e Pereira (2016) registram que, ao final da década de 1980, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMASP) promoveu a criação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim em parte da área pertencente ao Instituto Biológico do Estado de São Paulo. Oito anos mais tarde, conforme esclarece Fantinatti (2010), o então governador Orestes Quércia assinou, em 24 de setembro, a autorização para o início das obras do referido parque.

O projeto paisagístico, desenvolvido pelo escritório Burle Marx, teve como objetivo a revitalização da antiga fazenda, por meio da recuperação de lagos e cascatas, bem como da recomposição da vegetação nativa em áreas anteriormente

ocupadas por cafezais (LACRETA; PEREIRA, 2016). O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim foi oficialmente inaugurado em 1991, consolidando-se como um importante espaço público de preservação ambiental e patrimonial.

Embora algumas das edificações históricas tenham sido objeto de tombamento, a preservação do patrimônio cultural permanece como uma preocupação constante no âmbito do Instituto Biológico, que desenvolve iniciativas voltadas à manutenção e à adaptação desses espaços históricos às atividades de pesquisa científica. Nesse contexto, o Centro de Memória do Instituto Biológico, responsável pela guarda de um valioso acervo fotográfico e documental, desempenha papel fundamental na preservação da memória da Fazenda Mato Dentro e de seu processo de transformação ao longo do tempo, assegurando que essa trajetória permaneça viva e acessível às futuras gerações.

Como exemplo recente da política de valorização e recuperação do patrimônio histórico, um dos edifícios originais da Fazenda Mato Dentro, anteriormente destinado ao uso como estábulo, foi amplamente restaurado pela direção do Instituto Biológico, com recursos próprios do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Preservando os elementos históricos relevantes do imóvel, o edifício foi adaptado para sediar um Laboratório de Bioprocessos, concebido como uma vitrine tecnológica de agentes de controle biológico desenvolvidos a partir de pesquisas conduzidas na própria instituição.

O laboratório, que conta também com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), encontra-se sob a responsabilidade dos pesquisadores Luís G. Leite e Fernando B. Baldo. O espaço passou a ser utilizado para atividades de pesquisa, treinamento e prestação de serviços em parcerias público-privadas, possibilitando o contato direto com uma das linhas estratégicas do Instituto Biológico, especialmente a produção em larga escala de bactérias e nematoides entomopatogênicos empregados no controle biológico de pragas.

Entre as pesquisas desenvolvidas, destacam-se a seleção de bactérias voltadas à proteção e ao estímulo do crescimento vegetal, a definição de meios de cultivo e o desenvolvimento de processos para a produção de bactérias e nematoides. No âmbito da prestação de serviços, incluem-se a produção de inóculos com garantia de pureza e concentração, destinados ao escalonamento em biorreatores.



Figura 14 – A) Antiga cocheira (ou selaria); B) Edifício adaptado para abrigar o Laboratório de Bioprocessos da Unidade Laboratorial de Referência em Controle Biológico do Instituto Biológico, em Campinas/SP.



Figura 15 – A) antiga cocheira (ou selaria), B) Laboratório de Bioprocessos.

Considerações finais

A trajetória da Fazenda Mato Dentro revela-se emblemática não apenas por seu passado econômico, mas sobretudo por sua profunda transformação institucional ao longo do tempo. Originada no contexto do regime de sesmarias, a propriedade atravessou distintos ciclos produtivos, enfrentou crises e passou por sucessivas reconfigurações até ser incorporada ao patrimônio público. Com sua integração ao Instituto Biológico, a fazenda assumiu uma nova aptidão, agora voltada ao interesse coletivo, à produção de conhecimento científico, à inovação em sanidade agropecuária e ao desenvolvimento de soluções sustentáveis para o setor agrícola. A celebração dos quase 100 anos do Instituto Biológico constitui, assim, uma oportunidade singular para refletir sobre o legado científico e patrimonial da instituição, cujas origens estão interligadas à história da Fazenda Mato Dentro, nos seus 220 anos de existência, denominação que sintetiza séculos de ocupação, produção e construção do conhecimento no território paulista. Esse percurso que se inicia na terceira expansão territorial do Brasil Colônia e se projeta até a pesquisa científica contemporânea demonstra como patrimônio histórico e ciência pública podem caminhar de forma integrada. Nesse contexto, a manutenção do nome Fazenda Mato Dentro transcende a mera referência toponímica, afirmando-se como um marco de memória institucional e de continuidade histórica, ao mesmo tempo em que evidencia o papel da ciência na promoção da agricultura sustentável e na preservação do meio ambiente.

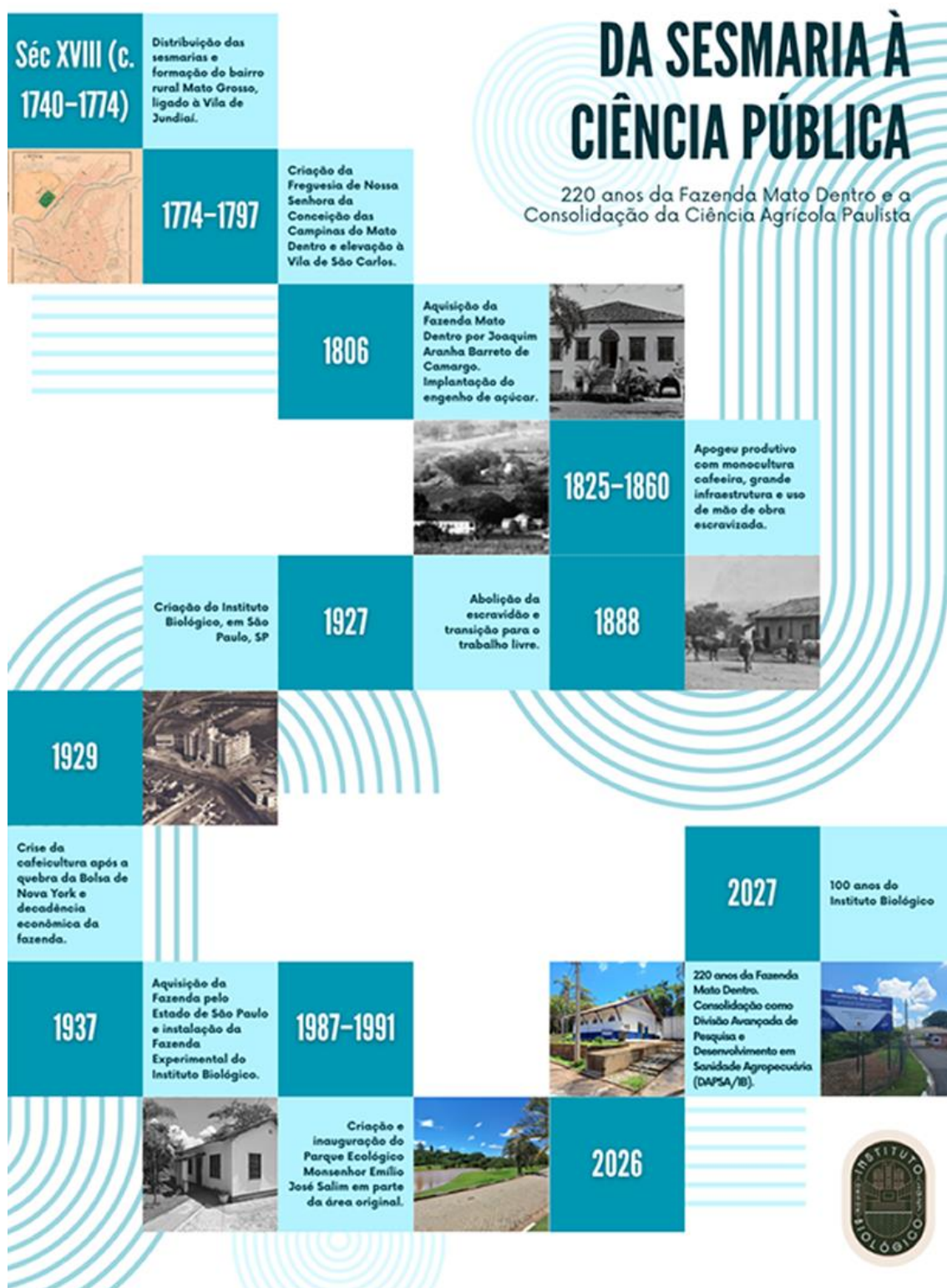


Figura 16 - Linha do tempo da trajetória da Fazenda Mato Dentro.

Arte: Ana Cecília B. G. Oliveira

Agradecimentos

Os autores agradecem a colaboração da artista visual Ana Cecilia B. G. Oliveira, pela elaboração da linha do tempo e ao Dr. Luis Otávio S. Beriam, pela revisão do texto.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de população da Capitania/Província de São Paulo: 1779–1836. Maço 26, documento 2. São Paulo: APESP, [s.d.]. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macospopulacao/026_002.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de população: recenseamento da Capitania/Província de São Paulo. Maço 26, documento 7, p. 43. São Paulo, [1812]. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macospopulacao/026_007.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de população: São Paulo. Documento manuscrito, [1779–1836]. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macospopulacao/026_003.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de população: São Paulo, 1817. Maço 27, documento 3, p. 40. São Paulo: APESP, 1817. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macospopulacao/027_003.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de população: São Paulo, 1818. Maço 27, documento 4. São Paulo: APESP, 1818. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macospopulacao/027_004.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Recenseamento de 1822. Maço 27, documento 006. São Paulo: APESP, 1822. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macospopulacao/027_006.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Recenseamento de 1825. Maço 27, documento 008. São Paulo: APESP, 1825. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macospopulacao/027_008.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Recenseamento de 1829. Maço 27, documento 011. São Paulo: APESP, 1829. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macospopulacao/027_011.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

BATISTA FILHO, Antonio; REBOUÇAS, Márcia Maria; VITIELLO, Nayte; D'AGOSTINI, Silvana. Da Fazenda Mato Dentro ao Centro Experimental do Instituto Biológico: 80 anos. São Paulo: Instituto Biológico, 2017. 64 p.

BERTINATO, Wânia Lucy Valim. O tijolo nas fazendas de café do oeste paulista: história, técnica e preservação. 2025. Tese (Doutorado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Sesmarias: legislação e ocupação do território no Brasil colonial. Disponível em:

<https://mapa.an.gov.br/images/Sesmarias.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. Boletim de História Demográfica, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994.

FANTINATTI, J. M. Curiosidades: Fazenda Mato Dentro (hoje Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim). Pró-Memória de Campinas-SP, 16 mar. 2010.

Disponível em: <https://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2010/03/curiosidades-fazenda-mato-dentro-hoje.html>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FANTINATTI, J. M. Personagem: Viscondessa de Campinas. Pró-Memória de Campinas-SP, 18 nov. 2006. Disponível em: <https://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2006/11/personagem-viscondessa-de-campinas.html>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FORCELLI, Osvaldo Natal. Senzala | A Fazenda Mato Dentro. Texto publicado em plataforma digital (Flickr), 13 jun. 2013. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/20682333@N02/9033545088/>. Acesso em: 21 dez. 2025.

GABLER, Louise. Sesmarias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, s.d. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/images/Sesmarias.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

GIL, Tiago Luís. As listas nominativas de habitantes como fontes para a história dos preços, 1798-1810. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 35–49, jul. /dez. 2017. DOI: 10.12957/revmar.2017.28508. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/28508>. Acesso em: 6 jan. 2026.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS – IAC. IAC – 130 anos. Campinas: IAC, 2017. Disponível em: <https://oagronomico.iac.sp.gov.br/?p=826>. Acesso em: 22 dez 2025.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPEM-SP. 50 anos bem medidos. São Paulo: IPEM-SP, 2016. Disponível em: https://www.ipem.sp.gov.br/images/publicacoes/50anos_bem_medidos/50%20anos%20bem%20medidos.pdf. Acesso em: 6 jan. 2026.

LACRETA, Daniela Andrade; PEREIRA, Renata Baesso. Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, Campinas/SP: contradições na implementação de um parque urbano contemporâneo. *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, n. 37, 2016.

MARTINS, Sandra C. F. Arquitetura da terra roxa: inspeções em peças de madeira de patrimônio histórico rural utilizando ultrassom. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. *Revista Econômica do Nordeste*, 2006.

OLIVEIRA, Cláudio Marcelo Gonçalves de. Antiga Fazenda Mato Dentro (atual Divisão Avançada de Pesquisa e Desenvolvimento em Sanidade Agropecuária – DAPSA – Instituto Biológico, Campinas/SP). Entrevista concedida a Wânia Lucy Valim Bertinato em 26 dez. 2023, no edifício do Laboratório de Nematologia do DAPSA, Campinas, SP, com finalidade acadêmica, referente ao projeto de pesquisa O tijolo nas fazendas de café da Mogiana Paulista: história, técnica e preservação, IFCH/UNICAMP.

PORTUGAL. Ordenações Filipinas. Livro IV, Título XLIII (Das Sesmarias). Lisboa: No Mosteiro de São Vicente de Fora, 1603. Edição fac-símile. Brasília: Senado Federal,

2004. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>. Acesso em: 15 dez. 2025.

PORTUGAL. Resolução nº 76, de 17 de julho de 1822. Suspende a concessão de sesmarias. Disponível em: <https://arisp.wordpress.com/2011/03/11/resolucao-76-de-17-de-julho-de-1822/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942.

PUPPO, Celso Maria de Mello. Campinas, município do Império. São Paulo: Imprensa Oficial, 1983.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Açúcar, café, escravos e dinheiro a prêmio: Campinas, 1817–1861. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 23, n. 29, p. 15–40, jan./jun. 2015.

RIOS, Eunice de Oliveira; CARNEIRO, Vandervilson Alves. As “minas dos Goyazes”: legislação mineral e ambiental (1722–1803). Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais, Iporá (GO), v. 5, n. 1, p. 173–198, jan./jul. 2016. ISSN 2238-3565. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/5490/3720>. Acesso em: 17 dez. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 27.071, de 8 de junho de 1987. Cria o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e dá providências correlatas. LexML Brasil. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;sao.paulo:estadual:decreto:1987-06-08;27071>. Acesso em: 20 dez. 2025.

SILVA, José Carlos da. A História da Cafeicultura em Campinas. Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2017.

SOUZA, Ivan Pereira. Do engenho à usina: estudo diacrônico da terminologia do açúcar. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-26102007-154413/publico/DISSERTACAO_IVAN_PEREIRA_SOUZA.pdf. Acesso em: 6 jan. 2026.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A colonização e a economia açucareira em Campinas, 1765 a 1829. Dossiê: História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX). História (São Paulo), v. 39, 2020. DOI: 10.1590/1980-4369e2020024. Acesso em: 06 jan.2026.